

Ulysses acerta para terça-feira votação do regime

BRASÍLIA — O sistema de governo será votado pelo plenário da Constituinte na próxima terça-feira, conforme acordo entre os líderes dos partidos e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. As sessões marcadas para hoje e amanhã foram suspensas com o compromisso de que, até segunda-feira, os líderes garantam a votação do capítulo referente ao Poder Legislativo.

Antes de abrir a reunião com os líderes partidários para discutir a data da votação do sistema de governo, Ulysses Guimarães já havia decidido não convocar sessão no domingo, como vinha ameaçando. Telefonou para o presidente Sarney e disse que ele poderia viajar tranquilamente para o Pantanal Matogrossense, pois a questão do sistema de governo não seria colocada em pauta no final de semana. Depois, um assessor direto de Ulysses explicou que as ameaças de convocar uma sessão domingo para votar o sistema de governo eram parte de uma estratégia para obrigar os líderes a definirem a data.

O jogo de cena de Ulysses foi imitado na reunião dos líderes por Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, e por Roberto Freire, do PCB, que insistiram na votação de domingo: "Fizemos isso para obrigar os líderes a negociar a data da votação das emendas que garantem a participação popular. Corríamos o risco de só começarmos a votar o sistema de governo na quinta-feira, pois no capítulo do Poder Legislativo ainda resta uma questão polêmica, que é a emenda da participação popular", disse Fernando Henrique.

De fato, ficou acertado entre os líderes e Ulysses que a emenda que prevê a iniciativa popular para a apresentação de projeto de lei será colocada em votação na véspera da escolha do sistema de governo. As esquerdas temiam que, com o pouco quórum de ontem e de segunda-feira, a emenda fosse rejeitada. Ela somente será colocada em pauta quando estiver garantida a presença dos esperados 500 ou mais parlamentares.

Constituinte ausente poderá sofrer punição

Irritado com o pequeno número de constituintes no plenário, no começo da sessão de ontem, o deputado Ulysses Guimarães responsabilizou os ausentes pelo atraso dos trabalhos e, atendendo solicitação do deputado José Genoíno (PT-1), prometeu estudar uma fórmula para puni-los. Duas postas já formalizadas à Mesa, pelos deputados Maguito (PMDB-GO) e Paulo Delgado (PT-MG), prevêem desde suspensão do constituinte por 90 dias até a cassação do seu mandato.

Quando a sessão foi aberta, às 14h30min, estavam em plenário apenas 20 dos 559 constituintes. Ulysses voltou a lembrar que tem sido incansável nos apelos e convocações — as pessoalmente, por telefone ou telegrama — para que deputados e senadores não se ausentem de Brasília e, assim, os trabalhos se acelerem. "Vejo que meus apelos não têm sido atendidos, vou suspender por 20 minutos a sessão e encareço os parlamentares que estão na Casa que se dirijam ao plenário", disse Ulysses. O serviço de alto-falantes do Congresso leva o som do plenário a todos os gabinetes.

Queixas — Reaberta a sessão, depois dos 20 minutos de silêncio abecidos pelo presidente da Constituinte, continuaram as reclamações contra os ausentes, pois de início apenas pouco mais de 100 parlamentares atenderam à convocação. José Genoíno discutiu com Ulysses, e lembrou: "É necessário estabelecer o número permitido de ausências para cada constituinte e, assim, chamar o suplente. A população não entende por que estamos aqui votando, já que temos condições e somos capazes para isso."

Ulysses respondeu prontamente a Genoíno: "Os apelos que tenho feito não têm dado resultados. Podemos caminhar para uma decisão como a que o ilustre deputado lembrou. Estou disposto a examinar esta solução". Foi aplaudido. Começou a verificar a verificação de presenças e, ao final, havia em plenário 100 parlamentares, número suficiente para votações mas que não prometem as deliberações porque criam riscos para as postas que não têm consenso.

Propostas — Existem na Mesa da Constituinte dois projetos de resolução pedindo punição para os parlamentares ausentes. O do deputado Maguito Vilela propõe que todo constituinte que faltar a três sessões consecutivas, ou a cinco alternadas, será suspenso por 90 dias, perderá seus subsídios, e o suplente será convocado. Se o constituinte reincidir nas faltas, perderá o mandato. Mais radical é a proposta do deputado Paulo Delgado. Prevê que o constituinte que faltar a três sessões consecutivas perde os subsídios: se faltar a cinco, consecutivas ou alternadas, é cassado.

Com dificuldades para conduzir a sessão com cerca de 300 parlamentares, e tendo que ouvir sucessivas reclamações de deputados e senadores de propostas que eram submetidas à votação, Ulysses ficou desabafando: "Os ausentes são responsáveis pelo atraso dos trabalhos e colocam mal a Instituição perante a opinião pública." Para não prejudicar mais as propostas, vários constituintes se retiraram do plenário, permaneceram 273, o que impediu o prosseguimento da sessão.

Caiapó protesta com canto e dança

O conselho de anciãos da tribo dos caiapós — cerca de 50 índios — decidiu deixar a aldeia, no sul do Pará, e vir até a Constituinte dizer ao "chefe dos brasileiros" que não gostou nem do texto da Comissão de Sistematização, nem do projeto do *Centrao*.

Ostentando colares, pulseiras e cocares de penas coloridas, com a pele pintada de preto pela tinta de jenipapo e borduna em punho, os índios procuravam Ulysses Guimarães. Preparados para uma cerimônia solene, dançaram para Ulysses ao lado do plenário, ao som do canto de reconhecimento do poder de um chefe alheio. E Ulysses acabou ganhando o cocar de cacique.

O conselho de anciãos esteve reunido durante toda a semana passada até decidir que o caminho seria um protesto em Brasília, antes da votação. Na verdade, eles não sabiam que o capítulo referente aos índios é o último item do corpo permanente da Constituição e ainda não tem previsão para entrar na pauta de votações. O líder Paulino Paikan, da aldeia do Aukre, deu seu recado.

— Não estamos aqui para sair. Queremos nossa cultura e nossa terra. Estamos preocupados com a Constituinte e fizemos questão de conversar com o senhor Ulysses é que está decidindo o destino dos brasileiros e não gostamos do que está escrito. Presidente não pode votar esta lei que separa filho de pai.

Discordância — Paikan referiu-se, entre outros itens, ao artigo 271, aprovado pela Comissão de Sistematização e que já está em vigor na forma de decreto-lei. O dispositivo diz que todos os direitos previstos no capítulo referente aos índios não se aplicam àqueles com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade e que não habitem terras indígenas. Os índios não concordam sequer com a definição de terra indígena que está no projeto da Sistematização. O texto fala em posse imemorial e ocupação permanente. Como muitas tribos são freqüentemente removidas por várias razões — como a construção de estradas em suas terras —, eles pretendem uma definição mais simples de terra indígena é aquela que os índios ocupam de forma tradicional.

— As portas do meu gabinete estão abertas. Vocês são amigos e bem-vindos a qualquer hora — disse o cacique Ulysses. Referiu-se a promessa do grupo, de estar presente para acompanhar a votação.

Ulysses também fez questão de salientar que os índios mereceram um capítulo exclusivo para tratar de seus direitos, o que é inédito, e que se não ficarem satisfeitos contentes a Constituinte está disposta a promover alterações.

Sílvio Santos — O procurador eleitoral de São Paulo, Antônio Carlos Mendes, não vai tomar qualquer medida imediata contra o empresário e apresentador de televisão Senhor Abravanel, o Sílvio Santos, por estar fazendo proselitismo eleitoral em seu programa de domingo na TV depois de ter se lançado candidato a prefeito da capital. Antônio Carlos Mendes estava ontem em Brasília e não ha notícia de que esteja preparando alguma interpelação judicial contra Sílvio Santos. Quanto ao TRE, disse que e infundada a informação de que estaria estudando alguma medida, já que a competência para isso é da Corregedoria Eleitoral, via procurador.

Camata — O senador Gérson Camata (PMDB-ES) figura entre os indiciados pela CPI da Assembléia Legislativa que apura irregularidades cometidas contra a Cehab do estado. Os outros são o atual vice-governador, Carlos Alberto Cunha, e o ex-governador Eurico Rezende. Camata foi citado por abuso de poder, Carlos Alberto, que presidiu a Cehab no governo de Camata, por ter permitido desvio de patrimônio. Os dois estão sendo responsabilizados por um rombo de CZ\$ 23 milhões, enquanto o ex-governador Eurico Rezende, antecessor de Gérson Camata, é acusado de ter permitido especulações que deixaram inadimplente a Cehab capixaba.